

Cinema, “Pós-Ditadura” e Direitos Humanos: Um debate a partir das narrativas cinematográficas brasileiras (2004 -2010)

Viviane Cavalcante Pinto (UFSC)

A reflexão sobre a ditadura militar brasileira em tempos atuais requer a lembrança de um passado não esquecido e com muitas pendências. Foram mais de duas décadas onde o discurso predominante foi a ordem sobreposta à negação ao direito civil. O cenário ficou marcado de autoritarismo, Atos Institucionais, censura, perseguição, prisão e tortura dos considerados ‘opositores’. Embora transcorrido mais de 30 anos da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79) e quase 50 anos do golpe civil-militar de 1964, o chamado “anos de chumbo” é assunto constante em diversos meios de comunicação. Os diferentes canais que abordam o tema e suas variações de opiniões possibilitam o surgimento de distintas interpretações sobre este período. Os filmes sobre a ditadura militar, as ficções cinematográficas em especial, além de abordar um assunto polêmico, são formas de lembrar e debater questões ainda pendentes, principalmente se observarmos o seu contexto de produção.

A fim de verificar os elos entre a representação fílmica e a memória da ditadura militar brasileira, esta pesquisa tem por objetivo analisar alguns filmes de longa-metragem brasileiros produzidos entre 2004 a 2010 que trazem em seus conteúdos assuntos relacionados com essa temática. O foco desta análise está nos filmes que tiveram maior visibilidade no cinema (bilheteria) e na mídia jornalística. São os filmes: *Zuzu Angel* de Sérgio Rezende (2006), *O Ano em que meus pais saíram em férias* de Cao Hamburger (2006) e *Batismo de Sangue* de Helvécio Ratton (2007). Pretende-se dessa forma relacionar essas representações com as novas repercussões e debates sobre a ditadura e Direitos Humanos no Brasil. O recorte temporal (2004 a 2010) justifica-se, em decorrência de grandes agitações políticas e exposição de “feridas” sobre o passado militar brasileiro, ocorridas nesse período. Os debates aqui realizados são parte integrante de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento, de modo que os resultados ainda são parciais¹.

A memória trabalhada no cinema ganha caráter social e coletivo na medida em que nela estão incorporadas diversas formas de lembrança de um grupo, sendo que estes estão inseridos numa sociedade. Ao analisar como processos traumáticos são rememorados, Michel Pollak argumenta que, por mais que estas questões possam hoje ser discutidas e repensadas por cidadãos e pelo governo, ainda permanece um mal estar, o que o autor denomina de “*lembranças proibidas*”, ou seja, “lembranças (...) transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política (...)”² É o que existe aqui no Brasil representados por grupos de Direitos Humanos e/ou familiares que buscam indenização, a exemplo, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Há também ações promovidas pelo próprio Estado em direção ao conhecimento das responsabilidades do passado, como as chamadas “*Caravanas da Anistia*”, que consistem na realização de sessões públicas itinerantes promovidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, com o objetivo de reconhecer oficialmente atos de exceção cometidos a civis nos anos de ditadura.

A ditadura no cinema, independente de seu formato, gênero e dos atores e instituições sociais que ali são privilegiados ou não, chama a atenção para o fato que tal assunto tornou-se tema recorrente nos últimos anos. José D’Assunção Barros ao dissertar sobre a relação do Cinema e História ressalta que ao analisarmos filmes com uma mesma temática produzidos em curto tempo, “(...) certamente diz algo ao historiador sobre o atual contexto sociocultural, ou mesmo político, que permitiu a renovação deste interesse.”³ Portanto, colocar em análise histórica a imagem como representação, deve-se pensá-la enquanto objeto inserido em um determinado tempo. Nessa perspectiva, a historiadora Michele Lagny, afirma que um filme ou um conjunto de filmes enquanto fonte, são testemunhos de uma percepção que temos em relação a algum fato, ou sentido que buscamos lhes dar, em um momento específico.⁴

Sendo o cinema uma possibilidade de pesquisa por meio da História Social, a metodologia de análise fílmica está em conformidade com esta área de pesquisa. Nesse sentido, o historiador e pesquisador do cinema Alexandre Busko Valim, salienta que o estudo dentro do campo da chamada História Social do Cinema, deve

ter um balanceamento entre a história do cinema, teoria e crítica cinematográfica. Ou seja, trona-se de extrema importância a utilização de mais uma fonte, de modo que seja possível a análise e entendimento do filme dentro de um contexto, mediante o circuito produção, emissão, circulação e recepção.⁵ Deste modo, participa do trabalho do historiador social, aquilo que Lagny propõe também como metodologia, ou “tripé” do pesquisador: o estudo da imagem, da montagem e da estruturação da narrativa.⁶ Esse “tripé” diz respeito a um olhar sobre o filme, considerando o mesmo como uma forma de discurso imagético, que não se atém apenas ao conteúdo presente nas telas, mas também, a um possível transmissor de valores e expectativas de seus produtores e do público que o recebe. A imagem é percebida além de um fator de “alegoria”, mas inserido ou fazendo parte de um contexto.

Como já mencionado, tem sido recorrente no cinema brasileiro dos anos 2000 a abordagem de assuntos relacionados à ditadura militar brasileira. Tal percepção ocorre por meio de dados divulgados pelo Observatório Brasileiro de Cinema e Audiovisual (OCA) e Agência Nacional do Cinema (Ancine)⁷ em relação ao número de produções brasileiras e seu temas. Outra questão que também ressalta tal impressão são os festivais de cinema,⁸ onde os maiores debates ou premiações relacionam-se com esta temática. Numa tentativa de compreender a recorrência desse tema no cinema, é necessário examinar o contexto de produção dos filmes pertencentes a esta pesquisa.

Em 2004 completou-se 40 anos do golpe militar de 1964 e 25 anos da Lei da Anistia. Discussões ideológicas e historiográficas vieram à tona, o que denunciou um momento de transição e disputas por memórias. Um exemplo disso pode ser percebido por meio de um dos jornais diários de maior circulação do país, a *Folha de São Paulo*. Encontra-se nele muitos exemplos de novas ocorrências sobre este período e também polêmicas até mesmo de cunho historiográfico. Em 17 de fevereiro de 2009, o respectivo jornal utilizou a expressão ‘*ditabranda*’ ao falar da ditadura no Brasil.⁹ A publicação gerou repúdio em forma de abaixo-assinado, contando com mais de oito mil assinaturas. Segundo o pesquisador Caio Navarro Toledo, que redigiu na época uma espécie de crítica/crônica¹⁰ sobre o ocorrido, entre os signatários do abaixo-assinado estavam Chico Buarque de Holanda, Oscar

Niemeyer, estudantes, professores, advogados, jornalistas, médicos, servidores públicos e etc. Devido à repercussão o jornal recebeu protestos e cartas com sugestões de como a diretoria do jornal deveria proceder com os responsáveis pelo uso da expressão. Recomendou-se de que os autores deveriam pedir perdão em praça pública e ajoelhar no milho.

Em consequência às circunstâncias dos protestos o redator da *Folha de São Paulo*, Otavio Frias Filho pediu desculpas pelo mau uso da palavra, afirmando que: “falta a esses democratas de fachada mostrar que repudiam, com o mesmo furor inquisitorial, os métodos das ditaduras de esquerda com as quais simpatizam.”¹¹ Sobre este episódio, é perceptível que polêmicas como esta, trazem à tona pontos de vista relacionados a memória e representações ideológicas sobre o golpe militar de 1964. Experiências como o abaixo-assinado revelam a possibilidade de questionamentos e críticas em relação à mídia e que tais atitudes são posições que visam uma não aceitação de alterações na história, ainda mais quando relacionadas à ditadura.

Outros temas estiveram presentes em todo o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde foi constante na mídia assuntos como a falta de informações sobre desaparecidos, impasse entre governo e o setor militar e embates com a Lei de Anistia. No que se refere a esta última, o que fomentou tais divergências, foi o fato de que em 2006, 5 pessoas de uma mesma família (família Almeida Teles: Maria Amélia de Almeida Teles, César Augusto Teles, Janaína de Almeida Teles, Edson Luiz de Almeida Teles e Criméia Alice Schmidt de Almeida), moverem uma ação civil declaratória contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, que atuou como comandante no DOI-Codi de São Paulo entre 1970 e 1974. A Justiça tomou a decisão inédita de seguir com o processo contra Ustra, por considerar que apesar da lei de Anistia, a prática de atos que interferem nos Direitos Humanos não estaria sujeita a prescrição.

Sobre os entraves e polêmicas relacionadas com a Lei de Anistia, a Doutora em Direitos Humanos Flávia Piovesan argumenta que existe uma interpretação generalizada que sustenta a lei, algo que está na ideia de que tanto torturadores quanto vítimas seriam beneficiados. Ela remete esta concepção às inúmeras leituras da expressão ‘crimes conexos’ que consta na lei.¹² Estes crimes segundo ela são

aqueles cometidos por um indivíduo ou por um grupo de pessoas que se encadeiam em sua razão. Mas não se pode afirmar conexão entre ações praticadas pela pessoa que cometeu um crime e pelas ações de suas vítimas. Logo, considerar a Anistia como benefício para os que cometem e para os que foram submetidos a atos de sofrimento moral intenso, é supor que a tortura é um crime político, portanto, sujeito a anistia.

Importante mencionar que o processo de universalização dos Direitos Humanos, sobretudo a partir da Declaração Universal de 1948, fez com que as medidas de proteção e valorização do ser humano passassem a ser debatidas em nível internacional e não apenas em nível doméstico, ou tratadas apenas dentro dos limites dos Estados.¹³ O Brasil é regido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), criada em 1995 que tem por objetivo investigar denúncias de violações aos Direitos Humanos. Nosso país é signatário de convenções internacionais como a já citada de 1948, logo, assume o compromisso de forma universal. Todos os tratados internacionais de proteção aos Direitos Humanos condenam a tortura, e dessa forma, o Brasil e suas interpretações em relação a Lei de Anistia, à falta de condenações a responsáveis por torturas e crimes durante a ditadura, coloca o país em processo incompleto de reparação à vítimas.

Controvérsias e resistências em relação à Lei de Anistia provocou em 2010 a condenação do Brasil, por parte da Corte Internacional de Direitos Humanos.¹⁴ A reprovação foi em virtude do desaparecimento de 62 pessoas na Guerrilha do Araguaia e a falta de soluções para o caso. A sentença determinou que o Brasil identificasse e punisse os responsáveis, reforçou que Lei de Anistia não pode ser usada para impedir investigação, e que a mesma não é legítima em casos graves de violações aos Direitos Humanos.

A memória da ditadura ganhou espaço no cinema e os filmes lançados estão em um circuito de produção que dialogam com o contexto em que foram produzidos. De acordo com a Ancine, nos anos de 2004 a 2010 foram comercializados 11 filmes de longa-metragem¹⁵ que abordam o tema ditadura militar brasileira. Cabe mencionar que esta quantidade serve como início de discussão para a relação do Cinema e a Ditadura, uma vez que não faz parte dessa contagem os curtas-metragens, documentários, filmes independentes e coproduções estrangeiras.

O filme *Zuzu Angel* narra a história verdadeira da estilista Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel que teve seu filho Stuart Edgart Angel Jones, militante do grupo guerrilheiro do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), preso, torturado e morto nos anos do regime militar. Durante sua procura pelo filho, Zuzu reúne diversos documentos contra o Estado, porém acaba por ser morta em um acidente de carro forjado pelos militantes. De acordo com o relatório de filmes brasileiros com mais de 500 mil espectadores desde 1970 a 2010¹⁶, um total de 209 filmes, o *Zuzu Angel* está na posição 77º filme mais assistido com 774.318 espectadores nos cinemas. De todos os filmes sobre ditadura produzidos na primeira década dos anos 2000, este foi o mais assistido. Em uma análise inicial, podem-se perceber alguns temas recorrentes neste filme: Dificuldade de informações sobre as prisões, perseguições e desaparecidos, questionamentos sobre Direitos Humanos por meio da exposição da tortura e assassinato, e o impasse entre militares e militantes.

O Ano em que meus pais saíram de férias é ambientado inicialmente em Belo Horizonte e depois em São Paulo, no ano de 1970. Narra a história de um garoto de doze anos, que adora futebol e jogo de botão. Um dia, sua vida muda completamente, pois seus pais saem de férias de forma rápida e aparentemente sem maiores explicações - na percepção do filho. Em verdade, os pais por serem militantes contra a ditadura, foram obrigados a fugir da perseguição e por este motivo decidiram deixá-lo com o avô paterno. Porém, o avô falece no mesmo dia que o neto chega, e o mesmo passa a viver com um vizinho judeu que o acolhe. Em meio à espera do telefonema dos pais, o garoto precisa lidar com sua nova realidade que engloba a esperança pelo retorno dos pais, a solidão em virtude da situação em que ele se encontra e a copa de 1970.

Diferentemente de filmes como *Batismo de Sangue* e *Zuzu Angel*, que tem como foco a tortura, *O Ano em que meus pais saíram de férias* representa de forma mais sutil estas questões, ao dar ênfase naqueles prejudicados com a repressão, os familiares dos presos políticos, no caso aqui o filho que se torna um observador desse momento político. Podem-se perceber em um exame preliminar, três temas principais: a repressão caracterizada pela fuga dos pais, dificuldade de informações delineada pela interminável espera do filho por um telefonema e a Copa do Mundo

que parece ser um meio de fuga para os problemas que a ditadura provocara. Ainda que o filme não aprofunde determinadas questões, é perceptível dentro da narrativa, a crítica à ditadura, por meio de falas e ações de alguns personagens, como por exemplo, pichações em muros e a rápida aparição de personagens secundários com algum tipo de envolvimento na militância. De acordo com dados do Observatório Brasileiro de Cinema e Audiovisual e Ancine, este filme teve um alcance de público nos cinemas de quase 400 mil espectadores.¹⁷ Dos filmes sobre ditadura da primeira década dos anos 2000, foi o segundo mais assistido. Esse filme participou de diversos festivais de cinema como, por exemplo, Festival internacional de Berlim, Festival internacional de Cinema de Lima e recebeu prêmios como melhor roteiro pela Associação Paulista de Críticos de Arte Prêmios e escolha de público no Rio de Janeiro International Film Festival.

Batismo de sangue é um filme que tem como objetivo representar os eventos referentes ao envolvimento dos frades dominicanos com a ALN – Aliança Libertadora Nacional – grupo de oposição armada à ditadura brasileira, liderado por Carlos Marighella. O filme foi baseado no livro com mesmo título escrito por Frei Betto, um dos participantes destes eventos. Os principais aspectos pontuados no filme são: participação de dominicanos na ditadura, esquerdas revolucionárias e a luta armada, Carlos Marighella, perseguição política, tortura, e ocultação de informações. O filme teve ampla recepção, participou e ganhou prêmios em alguns festivais de cinema, entre eles melhor direção e melhor fotografia no Festival de Cinema de Brasília em 2006.

Alguns críticos da *Folha de São Paulo* argumentaram que *Batismo de sangue* pecou pelo excesso de cenas de torturas, superficialidade das ações policiais, e roteiro com diálogos que denunciavam um excesso de explicações ‘didáticas’ sobre a ditadura.¹⁸ Outros críticos salientaram a falta de individualismo nos personagens, que por diversas vezes não apareciam bem delineados.¹⁹ Por sua vez, houve quem prestigiou Helvécio Ratton pela iniciativa de colocar nas telas assuntos ainda pendentes, creditando desta forma, *Batismo de Sangue* como um dos melhores filmes já produzidos.²⁰ Embora opiniões distintas possam existir, um fato que merece atenção é a existência de produções acadêmicas feitas a partir deste filme. Como exemplo, o trabalho de conclusão de Curso de Paola Roberta Perez, que

pesquisou sobre a ditadura brasileira, partindo da literatura de testemunho e relacionando a ela a filmografia lançada sobre este tema. Dentre algumas obras, ela utiliza o filme e livro *Batismo de Sangue*.²¹ Adriana Junges²² também produziu em seu trabalho final de graduação um estudo das relações entre História e Cinema, por meio do filme de Helvécio Ratton. A fim de descobrir de que forma o filme *Batismo de sangue* contribui para a memória sobre a ditadura, Sara Carolina Duarte Feijó²³ pesquisou sobre esta relação em sua tese de mestrado.

Os três filmes aqui citados, embora possuam aspectos diferentes no que diz respeito a enredo, narrativa entre outras questões, possuem uma temática em comum: o trauma da violência política. Os filmes tendem a focalizar aqueles que foram vítimas da tortura, de forma direta por meio da representação de presos políticos como o caso do filho de Zuzu Angel e os frades dominicanos em *Batismo de sangue*. Esta mesma questão é representada de forma indireta em *O ano em que meus pais saíram em férias*, onde o filho de um preso político aguarda por notícias de seus pais que são perseguidos pela repressão. Em todos os casos, a problemática da violência enquanto um problema social é colocado em foco. Dessa forma, questiona-se o papel dos Direitos Humanos no Brasil, uma vez que a tortura quando relacionada a ditadura é permitida. Passadas décadas após o fim do regime ditatorial, essa mesma questão é evidenciada e questionada por meio da mídia jornalística, principalmente no que diz respeito a já citada interpretação da Lei da Anistia.

Verificou-se que boa parte dos filmes produzidos na primeira década dos anos 2000, sobretudo aqueles produzidos entre 2004 e 2010, abordam a ditadura numa perspectiva do passado, procurando representar eventos ocorridos nos anos de vigência da ditadura. Ainda assim, ganham importância além da sua estética, por colocarem como protagonista um dos sintomas sociais da ditadura e dias atuais: a tortura (violência). Ao analisar o cenário político em que os filmes estão inseridos, percebe-se que um dos elos entre a representação fílmica e a memória do passado militar, é o questionamento da arbitrariedade e consciência de práticas violentas por parte do Estado. Tanto nos temas dos filmes quanto na mídia jornalística, essa questão foi questionada nos anos supracitados.

¹ Trabalho desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Alexandre Busko Valim no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina PPGH/UFSC.

² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. p.8.

³ BARROS, José D'Assunção. Cinema e História: entre expressões e representações. In: BARROS, José D'Assunção e NÓVOA, Jorge (orgs). **Cinema-História: Teoria e Representações Sociais no Cinema**. Petrópolis: Apicuri, 2008. p.59.

⁴ LAGNY, Michele. O cinema como fonte de História. In: **Cinematógrafo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 102.

⁵ VALIM, Alexandre Busko. História e cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 283-300

⁶ LAGNY, Michele, Op. Cit., p. 122.

⁷ Na primeira década dos anos 2000, de acordo com os órgãos citados, foram produzidos no total 23 filmes que de alguma forma relacionam-se com a Ditadura Militar Brasileira. A forma como a temática é representada nos filmes, são diferentes entre si. Há por exemplo, produções que colocam o tema como foco principal, enquanto que outras a utilizam como ambientação histórica. Para a obtenção destes dados, foram consultados os seguintes relatórios: Filmes lançados 1995 -2009 por gênero, filmes nacionais 1995-2009 por renda e público, Filmes brasileiros 2009, Filmes brasileiros 2010 e Série histórica filmes lançados 1995-2009. Todos os relatórios estão disponíveis no site: < www.ancine.gov.br/oca>

⁸ O assunto é tema constante em debates universitários, um exemplo disso, é o Festival “Cinema pela Verdade”, organizado pelo Instituto Cultura em Movimento (ICEM) em parceria com o Ministério da Justiça, via Comissão de Anistia. Este evento tem como temática as relações entre Cinema e Ditadura Militar no Brasil, e visa levar a memória do passado militar e suas relações com o cinema para mais de 80 universidades brasileiras. O evento iniciou em 2012 e este ano está na sua segunda edição.

⁹ Limites a Chávez. **Folha de São Paulo**, 17 de fev. 2009.p. A2.

¹⁰ Sobre a crítica de Caio Navarro Toledo: TOLEDO, Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a “ditabranda”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, nº 34, p. 209-217, out. 2009.

¹¹ FRIAS FILHO, Otávio. Folha avalia que errou, mas reitera críticas. **Folha de São Paulo**, 8.mar.2009.p.6.

¹² PIOVESAN, Flávia. Direito Internacional dos Direitos Humanos e Lei de anistia: O caso brasileiro. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 99-100.

¹³ HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.p.209.

¹⁴ FRANCO, Bernardo Mello. Corte condena Brasil por 62 mortes no Araguaia. **Folha de São Paulo**, 15dez.2010.

¹⁵ São os filmes: *Cabra Cega* de Toni Venturi (2005), *Quase dois irmãos* de Lúcia Murat (2005), *Araguaia Conspiração do Silêncio* de Ronaldo Duque (2006), *O ano em que meus pais saíram de férias* de Cao Hamburger (2006), *Sonhos e Desejos* de Marcelo Santiago (2006), *Zuzu angel* de Sérgio Rezende (2006), *Batismo de Sangue* de Helvécio Ratton (2007), *Corpo de Rossana Foglia* e *Rubens Rewald* (2008), *Topografia de um desnudo* de Teresa Aguiar (2009), *Em teu nome* de Paulo Nascimento (2010) e *Léo e Bia* de Oswaldo Montenegro (2010).

¹⁶ “Filmes nacionais de 500 mil até um milhão de espectadores”. Disponível no Observatório Brasileiro de Cinema e Audiovisual: < www.ancine.gov.br/oca>. Acesso em: 30 de abril 2013.

¹⁷ “Filmes nacionais lançados 1995-2009 por renda e público”. Disponível no Observatório Brasileiro de Cinema e Audiovisual: < www.ancine.gov.br/oca>. Acesso em: 30 de abril 2013

¹⁸ BUTCHER, Pedro. “Batismo de Sangue” peca pelo didatismo. **Jornal Folha de São Paulo**, 20 abr. 2007.p.7.

¹⁹ BARBOSA, Neusa. Disponível em < <http://cinema.uol.com.br/ultnot/2007/04/19/ult26u23937.jhtm>>. Acesso em 25 de out. 2011

²⁰ LIMA, Gildemir. Disponível em < <http://www.overmundo.com.br/overblog/critica-batismo-de-sangue>>. Acesso em 12 de out. 2011

²¹ PEREZ, Paola Roberta. **A escrita e a imagem**: Semelhanças e diferenças presentes na literatura de testemunho e no cinema nacional Campinas. 2008.46p. Trabalho de Conclusão de curso (TCC). Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

²² JUNGUES, Adriana. **Batismo de sangue**: as representações do período ditatorial no Brasil na década de 60. 2011. 72p. Trabalho de Conclusão de curso (TCC). Centro Universitário Franciscano - UNIFRA, Santa Maria/Rs.

²³ FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura**: uma análise do filme Batismo de Sangue. 2011. 158p. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção e NÓVOA, Jorge (orgs). **Cinema-História: Teoria e Representações Sociais no Cinema**. Petrópolis: Apicuri, 2008.

BUTCHER, Pedro. “Batismo de Sangue” peca pelo didatismo. **Jornal Folha de São Paulo**, 20 abr. 2007.p.7.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2004.

FRANCO, Bernardo Mello. Corte condena Brasil por 62 mortes no Araguaia. **Folha de São Paulo**, 15 dez.2010

FRIAS FILHO, Otávio. Folha avalia que errou, mas reitera críticas. **Folha de São Paulo**, 8.mar.2009.p.6

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.p.209.

LAGNY, Michele. O cinema como fonte de História. In: **Cinematógrafo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

LIMITES A CHÁVEZ. **Folha de São. Paulo**, 17 de fev. 2009.p. A2.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão**: O Autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo; Paz e Terra, 2010.

PIOVESAN, Flávia. Direito Internacional dos Direitos Humanos e Lei de anistia: O caso brasileiro. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira . São Paulo: Boitempo, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

TOLEDO, Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a “ditabranda”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, nº 34, p. 209-217, out. 2009.

VALIM, Alexandre Busko. História e cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 283-300.